



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

266ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS

Ata da ordem do dia 11 e 12 de julho de 2018

Brasília – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**ATA DA 266ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

LOCAL: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, ANEXO DO BLOCO F, 1º ANDAR.
BRASÍLIA – DF.

DATA: 11 E 12/07/2018

1 Aos onze e doze dias do mês de julho de dois mil e dezoito realizou-se a 266ª Reunião Ordinária do
2 Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular Norma Suely
3 de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e
4 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira, Vice-
6 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do
7 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Mariana de Sousa Machado Neris,
8 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Marília
9 Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira
10 Suplente Thereza de Lamare Franco Netto, Representante do Ministério da Saúde; Conselheira
11 Titular Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social
12 – MDS; Conselheira Suplente Ana Heloísa Viana Silva Moreno, Representante do Ministério do
13 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Allan Camello Silva, Representante do
14 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Bruno Henrique Benfica da
15 Câmara Pinto, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro
16 Suplente Márcio Fernandes Maurício, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –
17 MDS; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do Desenvolvimento
18 Social – MDS; Conselheira Titular Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado
19 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente
20 Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
21 Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho,
22 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social; Conselheiro Suplente Vandrê Luiz
23 Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de Estudos e Programas de

24 Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; Conselheiro Titular Maurício José Silva Cunha,
25 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheiro Suplente
26 Fernando Macedo Brandão, Representante da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista
27 Brasileira; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira
28 de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Suplente Ivone
29 Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos
30 Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da
31 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –
32 FENATIBREF; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional
33 dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
34 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT;
35 Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação Nacional dos
36 Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Suplente Ana Lúcia Soares, Representante da
37 Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Conselheira Titular Aldenora
38 Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida; Conselheira Suplente Tathiane Aquino de
39 Araújo, Representante da Rede Nacional das Pessoas Trans do Brasil - REDETRANS; Conselheira
40 Titular Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro
41 Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do SUAS da
42 Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro Titular Clovis Alberto Pereira, Representante
43 da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB. **ABERTURA 11/07/2018:** A Conselheira
44 Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social –
45 CNAS e Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social, iniciou a reunião cumprimentou
46 a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum.
47 Verificado o quórum, seguiu para aprovação da Ata da 265ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta
48 da 266ª Reunião Ordinária do CNAS. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária
49 Executiva do CNAS, esclareceu que Ata da 265ª Reunião Ordinária do CNAS foi encaminhada
50 apenas ontem aos Conselheiros devido uma questão de ordem administrativa, sugerindo que a
51 aprovação da mesma seja transferida para a próxima reunião, uma vez que o Regimento Interno do
52 CNAS dispõe que deve ser encaminhada com sete dias de antecedência. Não havendo nenhuma
53 manifestação contrária, a sugestão foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a reunião,
54 a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho comunicou que a pauta é composta pelos seguintes

55 itens: das 09h30min às 11h00min – Informes da Presidência Ampliada/Secretaria Executiva;
56 CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; das 11h00min às 12h00min – Apresentação
57 sobre o Funcionamento do CNAS e da Secretaria Executiva e Apresentação sobre os procedimentos
58 e sobre concessão de passagens e diárias para os conselheiros nacionais pelo MDS; das 14h00min
59 às 16h00min – Exposição sobre o Controle Social e o Papel do Conselheiro; das 16h00min às
60 18h00min – Apresentação do Funcionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social –
61 SNAS/MDS. Dia 12/07/2018: das 09h00min às 10h30min – Apresentação das Ações Emergenciais
62 de Atendimento aos Imigrantes Venezuelanos e Plano de Interiorização; das 10h00min às 11h00min
63 – Apresentação da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das
64 11h00min às 11h30min – Apresentação da Comissão de Deliberações das Conferências Nacionais
65 de Assistência Social; das 11h30min às 12h00min - Apresentação da Comissão de Ética; das
66 13h00min às 14h00min – Relato da Presidência Ampliada; das 14h00min às 15h00min – Relato da
67 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 15h00min às 16h00min –
68 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h00min às
69 17h00min Relato da Comissão de Normas da Assistência Social; das 17h00min às 18h00min –
70 Relato da Comissão de Política da Assistência Social. Informou que a responsável pela
71 apresentação sobre os procedimentos e sobre concessão de passagens e diárias para os conselheiros
72 nacionais pelo MDS não poderá estar presente nessa reunião, sugerindo incluir a apresentação sobre
73 o aplicativo Meu CadÚnico. Informou também que a Coordenadora da Comissão de Financiamento
74 e Orçamento da Assistência Social solicitou que o relato da reunião seja realizado no primeiro dia
75 de Plenária, sugerindo que seja feito o Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da
76 Assistência Social das 16h00min às 17h00min e a apresentação da Comissão de Ética, da Comissão
77 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e da Comissão de Deliberação das
78 Conferências de Assistência Social das 17h00min às 18h00min, sendo que a apresentação do
79 Funcionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS ficará no horário
80 reservado no dia 12 para a apresentação das comissões. Colocou a pauta para aprovação dos
81 Conselheiros, que foi aprovada por unanimidade com as alterações realizadas. Seguindo para os
82 informes da Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho sugeriu que fosse
83 realizada a leitura das ausências justificadas e os demais informes sejam encaminhados por *e-mail*
84 aos Conselheiros e anexados a Ata. Aprovada a sugestão, notificou que justificaram a ausência os
85 seguintes Conselheiros: Conselheira Leísa Mendes de Sousa, nessa reunião ordinária, devido a

86 compromissos institucionais; Conselheira Ely Harasawa, nessa reunião ordinária, devido a
87 compromissos institucionais; Conselheira Caroline Miranda Sampaio, nessa reunião ordinária,
88 devido ao seu desligamento da SNAS; a Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida, na reunião da
89 Coordenação Colegiada do Fórum de Aprendizagem Profissional – FNAP, no dia 20 de junho, por
90 motivo pessoal, e nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; Conselheira Irene
91 Rodrigues, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; Conselheira Jani Betânia
92 Souza Capibaribe, nessa reunião ordinária, por motivo pessoal; Conselheira Raquel de Fátima
93 Antunes Martins, no dia 12/07, por motivo de férias; Conselheira Marília Paiva, no dia 11/07 no
94 período da tarde e no dia 12/07, por motivo de saúde. Conselheiros Aniversariantes do mês: Dia
95 21/07 - Josenildo Barbosa; Dia 22/07 – Ana Heloísa Moreno; Dia 25/07 - Clóvis Alberto Pereira;
96 Dia 31/07 – Benedito Augusto de Oliveira. Iniciando os informes do MDS, o Conselheiro Allan
97 Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, discorreu que os
98 termos de aceite do ACESSUAS Trabalho, de Medida Socioeducativa e do PAEF, que foram
99 aprovados pela CIT e pelo CNAS há dois meses, estão abertos aos estados e municípios desde o dia
100 27 de junho de 2018 e ficaram abertos até 31 de novembro de 2018. A Conselheira Mariana de
101 Sousa Machado Neris, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, registrou a
102 realização do Encontro sobre a Integração entre Serviços e Benefícios Socioassistenciais para
103 Pessoas Idosas nos dias 28 e 29 de junho em São Paulo/SP e do Encontro Nacional sobre os
104 Direitos Socioassistenciais da População em Situação de Rua dos dias 03 a 05 de julho em
105 Brasília/DF. A Conselheira Marília Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do
106 Desenvolvimento Social – MDS, relatou sobre a realização da Oficina de Integração do SUAS e do
107 Programa Criança Feliz nos dias 15 e 16 de maio, que possuía como objetivo identificar e sugerir
108 estratégias de integração das ações do Programa Criança Feliz aos serviços, programas e ações do
109 SUAS e como foco complementar as ações voltadas ao desenvolvimento integral da criança na
110 primeira infância. Articulou sobre a realização de oficinas colaborativas para aprofundar a questão
111 da prevenção na gestão do território, que aconteceram nos dias 17 e 18 de maio, como o objetivo de
112 melhorar a qualidade do serviço e a promoção dos direitos humanos e sociais, permitindo melhor
113 visibilidade da gestão por território. Arrazou que serão realizadas Oficinas Regionais de
114 Alinhamento e Aprimoramento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF na
115 região norte em Belém/PA nos dias 24 e 25 de julho, na região sudeste em Vitória/ES nos dias 16 e
116 17 de agosto, na região centro-oeste em Brasília/DF nos dias 20 e 21 de agosto, na região nordeste

117 Aracaju/SE nos dias 23 e 24 de agosto e na região sul em Curitiba/PR nos dias 28 e 29 de agosto.
118 Postulou que também foi realizada uma Oficina sobre a Educação Financeira no estado de São
119 Paulo, destacando que acontecerão outras oficinas em Brasília e que, será realizada uma oficina em
120 parceria com a Fundação Maria Cecília de Souto Vidigal e o Instituto Telos de Desenvolvimento
121 Humano sobre a questão de Parâmetros Metodológicos dos Serviços de Convivência e
122 Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 6 anos. Acrescentou que estão realizando ciclos de
123 apoio técnico ao trabalho social com famílias indígenas e a Campanha SUAS Sem Racismo, que
124 possui como objetivo mobilizar o público da Assistência Social sobre a existência do racismo
125 institucional. A Sra. Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Departamento de Benefícios
126 Assistenciais - DBA informou sobre a disponibilização da uma nova relação de beneficiários do
127 BPC na Escola no Sistema Informatizado de Acompanhamento, que pode ser acessado pelos
128 gestores estaduais e municipais. O Sr. Felipe Jardim R. Lima, Representante do Departamento de
129 Benefícios Assistenciais - DBA, comunicou sobre a inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro
130 Único, que está sendo feito com a publicação do Decreto nº 8.805, destacando a contratação de
131 empresa para mobilização social, a renovação dos modelos de cartazes a serem utilizados e o
132 aprimoramento da busca ativa. O Conselheiro Márcio Fernandes Maurício, Representante do
133 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, relatou sobre a promoção da Mesa Técnica
134 Ampliada, que aconteceu dos dias 11 a 13 de junho, em Brasília/DF e contou com a presença dos
135 coordenadores estaduais das Comissões Intersectoriais do Programa Bolsa Família - PBF. Arrazoou
136 que essa mesa possuía como objetivo construir uma proposta de rede colaborativa do PBF e do
137 Cadastro Único, sendo que um dos desdobramentos é a inclusão do controle social. Relatou também
138 sobre Encontro dos Gestores Municipais do Programa Bolsa Família e da Assistência Social
139 realizado em Salvador/BA, com a participação do Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia
140 – CEAS/BA, dos Conselhos Municipais de Assistência Social do referido estado e dos usuários da
141 Política Nacional de Assistência Social. Prosseguindo para os informes do CONGEMAS, a
142 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores
143 Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, notificou sobre o XX Encontro Nacional do
144 CONGEMAS, que será realizado no EXPOMINAS de Belo Horizonte, nos dias 30 de julho e 01 de
145 agosto de 2018, destacando que o tema será “Os Desafios à Universalização do SUAS na
146 Conjuntura Atual”. Explanou que serão realizadas 18 oficinas, vários painéis, três mesas redondas e
147 a eleição da nova diretoria do CONGEMAS. Seguindo para os informes dos Conselheiros, o

148 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos
149 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT, informou sobre a sua participação no
150 XI Encontro da Vigilância Socioassistencial representando o CNAS nos dias 19 e 20 de junho,
151 especialmente sobre a Oficina de Raça, em que foi discutido sobre o SUAS sem racismo. A
152 Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos
153 Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, discorreu
154 que representou o CNAS na Inauguração do Núcleo de Educação Permanente de Minas Gerais
155 realizada nos dias 28 e 29 de junho, em que foi realizado o lançamento da campanha contra o
156 preconceito ao usuário da Assistência Social. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, Representante
157 da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, relatou sobre a sua participação no evento
158 da ONCB, nos dias 19 e 20 de maio, na cidade de Cacoal/RO, em que houve o entendimento da
159 importância de respostas ao Acórdão TCU nº 2404 e sobre a realização de um piloto de programa
160 de rádio *online* exclusivo para tratar a questão do SUAS. Acrescentou que a Rede Nacional de
161 Defesa e Assessoramento no SUAS – RENDAS é uma iniciativa de entidades que realizam ações
162 de assessoramento, defesa e garantia de direitos, que está se propondo a discutir, produzir, difundir
163 e implementar o conhecimento e as práticas relacionadas a essas ações. A Sra. Dulcinéia Reginato
164 Francisco, Representante da Pia Sociedade de São Paulo, complementou que a RENDAS iniciou os
165 seus trabalhos há um ano e meio, com o objetivo de fazer com que as instituições entendessem
166 melhor sobre o assessoramento, a defesa e a garantia de direitos e discorreu que a mesma já
167 contempla a participação de instituições das cinco regiões do país e ainda está aberta a novas
168 adesões. A Conselheira Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do SUAS,
169 articulou que participou do Encontro sobre a Integração entre Serviços e Benefícios
170 Socioassistenciais para Pessoas Idosas nos dias 28 e 29 de junho em São Paulo/SP, salientando que
171 trouxe várias informações importantes referente às pessoas idosas que seriam de grande valia ao
172 CNAS. Observou que existe um número preocupante de idosos e pessoas com deficiência que
173 faltam ser inseridas no Cadastro Único e articulou também sobre o Encontro da Vigilância
174 Socioassistencial, ponderando que também existem informações importantes que seriam de grande
175 valia ao CNAS. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos
176 Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR, informou que a reunião da CIT será
177 realizada no dia 18 de julho e que, Fórum Regional dos Usuários do SUAS de Tocantins realizou
178 uma parceria com o Conselho Regional de Psicologia e realizará a produção de vídeos em nível

179 estadual para a Campanha Contra o Preconceito aos Usuários do SUAS e uma parceira com o
180 Conselho Regional dos Serviços Sociais para a questão do financiamento dos materiais. A
181 Conselheira Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida, informou que
182 representou o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS no IV Encontro Nacional com a População
183 em Situação de Rua dos dias 03 a 05 de julho em Brasília, destacando as explanações de alguns
184 estados sobre a precariedade que se encontra alguns Centros PoPs. Complementou que representou
185 o CNAS no Lançamento do III Plano Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, ponderando
186 a necessidade de pautar a importância de realizar a escuta qualificada dos profissionais da
187 Assistência Social dentro do CNAS. A Conselheira Tathiane Aquino de Araújo, Representante da
188 Rede Nacional das Pessoas Trans do Brasil – REDETRANS, notificou que existe um projeto de lei
189 na Câmara dos Deputados que trata da proibição de utilizar o nome social nas escolas e que, foi
190 iniciada a proposição do Censo TRANS pactuado com o Programa TRANS Cidadania, que integra
191 várias áreas do governo municipal de São Paulo, promovendo a ressocialização da população Trans.
192 A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho explanou que já provocou a Secretária Executiva do
193 CNAS para solicitar o envio das apresentações mencionadas, para compartilhar com todos os
194 Conselheiros. Informou que representou o CNAS na 41ª do CONGEMAS, destacando que a
195 participação da Secretaria Executiva do CNAS através da Sra. Maria das Mercês de Avelino
196 Carvalho em uma das oficinas. Prosseguindo para a apresentação do aplicativo Meu CadÚnico, o
197 Sr. Eliomar Leite postulou que foi observando a existência de certa dificuldade dos usuários em
198 acessar o número de NIS, sendo que o aplicativo Meu CadÚnico foi desenvolvido para atender essa
199 demanda, tendo em vista que toda a população brasileira possui acesso ao celular. Apresentou como
200 é realizado o acesso ao aplicativo e as principais informações que podem ser encontradas. Abrindo
201 para manifestações, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva compreendeu que é muito interessante
202 o aplicativo, entretanto, registrou que o sistema não está reconhecendo o código do aplicativo. O Sr.
203 Eliomar Leite esclareceu foi implantada a autenticação em duas etapas devido a alguns casos
204 relatados de fraude, sendo que é gerada uma segunda senha aleatória através do aplicativo.
205 Discorreu que estão passando por uma série de problemas que estão sendo corrigidos. A
206 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera ilustrou que existem algumas dificuldades para inserção
207 dos beneficiários do BPC no sistema do Cadastro Único e o Sr. Eliomar Leite observou que o
208 atendimento pode ser feito via formulário pelo município, para posterior inserção quando o sistema
209 estiver regularizado. A Conselheira Aldenora Gomes González ressaltou sobre a importância de ter

210 a informação de que local estão ocorrendo essas fraudes e o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal
211 questionou qual é o motivo da não realização de uma campanha nacional sobre a inserção das
212 pessoas idosas e com deficiência nos principais veículos de comunicação. A Conselheira Solange
213 Bueno observou que existe um movimento importante para que a tecnologia facilite o acesso dos
214 usuários, todavia, afirmou que precisam garantir que os usuários não dificuldades de acesso ao
215 benefício. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva compreendeu que seria importante realizar uma
216 agenda explicando sobre o processo de inserção no Cadastro Único e os motivos de fraude e
217 solicitou explicações sobre quais serão as orientações, para que os servidores não utilizem o seu
218 celular. O Sr. Eliomar Leite ilustrou que o processo de autenticação em duas etapas foi necessário
219 pelo roupo de senhas de usuários dos municípios e comunicou que estão orientando que o
220 município adquira um celular compartilhado ou utilize um *plugin* no computador, porém, afirmou
221 que os mesmos não são recomendáveis. Prosseguindo para a apresentação sobre o funcionamento
222 do CNAS e da Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho elucidou que a
223 Presidência Ampliada é ligada ao Colegiado Nacional, sendo que a Secretaria Executiva realiza o
224 apoio técnico, logístico e administrativo ao CNAS. Postulou que as convocações da Plenária são
225 direcionadas aos titulares e suplentes e devem ocorrer com no mínimo 15 dias de antecedência,
226 destacando a importância da confirmação do Conselheiro por escrito em cinco dias anterior a
227 Plenária ou justificativa de ausência até o término da reunião. Com relação ao quórum, arrazoou
228 que as reuniões sempre se iniciam com a metade dos Conselheiros presentes mais um e que, é
229 importante que seja verificado o quórum simples ou qualificado para a deliberação de algumas
230 matérias, visto que o quórum qualificado é formado por 2/3 dos Conselheiros Titulares ou na
231 Titularidade. Explicou detalhadamente sobre os seguintes itens: controle de participação dos
232 Conselheiros, envio das atas, elaboração da pauta, realização dos informes, realização dos relatos
233 das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho, encerramento das reuniões ordinárias,
234 procedimento de votação, registro das reuniões plenárias e competências da Secretaria Executiva.
235 Convidou os Conselheiros para conhecerem as instalações da Secretaria Executiva e resgatou que
236 toda a infraestrutura e o material permanente do CNAS foram e são adquiridos através de recursos
237 destinados ao seu funcionamento. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris arrazoou que
238 todos sabem que o serviço da Secretaria Executiva do CNAS exige muito compromisso e
239 responsabilidade de todos os funcionários e afirmou que o comprometimento e liderança da Sra.
240 Maria das Mercês de Avelino Carvalho fazem toda a diferença no dia a dia do CNAS. Parabenizou

241 toda a equipe do CNAS pela organização e pela transparência. Após a manifestação de alguns
242 Conselheiros parabenizando a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho pela condução da
243 Secretaria Executiva do CNAS, a mesma afirmou o mérito é de toda a equipe da Secretaria
244 Executiva. Seguindo para a exposição sobre o Controle Social e o Papel do Conselheiro, o Sr.
245 Daniel Pitangueira de Avelino, Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA,
246 apresentou as normas gerais sobre participação, destacando o art. 21 da Declaração Universal dos
247 Direitos Humanos, o Parágrafo Único do art. 1º Constituição da República Federativa do Brasil de
248 1988 e a Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana em La Gestión Pública. Ilustrou que a
249 democracia participativa é caracterizada pela existência de instâncias cotidianas permanentes, em
250 que a população é convocada para expor as suas opiniões e explicou que a Constituição da
251 República Federativa Brasil de 1988 estabelece alguns princípios de democracia representativa e de
252 democracia direta e traz instrumentos de democracia participativa previsto em seus artigos.
253 Complementou que existem várias normas legais sobre a participação e apresentou avaliações
254 realizadas pela *The Economist*, pela *Global Open Data Index* e pela *International Budget*
255 *Partnership*, observando que o Brasil continua sendo referência mundial em alguns campos, porém,
256 destacou que houve campos com quedas, ficando baixo da média de outros países. Com relação ao
257 Controle Social, explanou que o mesmo pode ser a regulação do comportamento de indivíduos e
258 grupos, por meio da internalização de normas e valores ou a capacidade da sociedade em regular a
259 si mesmo de acordo com os princípios e valores almejados ou sinônimo de contrainsurgência.
260 Elucidou que, na Política de Assistência Social brasileira, os espaços ocupados da sociedade
261 constituem uma contraparte em relação aos órgãos de gestão dessa política e afirmou que a ideia de
262 conselhos como um instrumento de participação não é nova, expondo um texto de 1865
263 questionando sobre um tipo de conselho existente na época. Em relação à parte específica da
264 Assistência Social, informou que a Constituição Federal cita que as ações governamentais devem
265 ser realizadas por meio da gestão descentralizada, que envolve a participação da população.
266 Esclareceu que essa participação é qualificada pela Constituição Federal por meio de organizações
267 representativas, que estão elencados na LOAS. Apresentou a relação dos atos normativos do SUS e
268 do SUAS com os respectivos projetos de lei originários e um quadro comparativo das características
269 de participação social. Compartilhou algumas reflexões sobre o papel dos Conselheiros, finalizando
270 a sua apresentação. Abrindo para manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira parabenizou
271 pela apresentação e arrazoou que existe algumas questões que dificulta a Sociedade Civil executar o

272 seu papel e ocupar o seu espaço na democracia, questionando como podem lidar com desafios
273 independente da origem da crise existente. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris
274 compreendeu que é importante a função do controle, ressaltando que o compromisso deve ser com o
275 coletivo. Percebeu que existe a necessidade de construir um caminho de consensos e entendimento
276 mesmo nesse momento de crise. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante
277 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, relatou que é necessário refletir sobre a
278 representatividade referente ao Conselheiro Governamental, uma vez que deve pensar no interesse
279 da gestão e no compromisso com a política e a Conselheira Solange Bueno postulou que os usuários
280 do SUAS enfrentam um grande desafio, uma vez que existe a necessidade empoderamento em
281 relação à representação e representatividade. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal comentou que
282 o debate deve ser conduzido com firmeza, luta, entendimento e reconhecimento e indagou quais são
283 as providência que podem ser tomadas diante esse momento de inversão total de valores. A
284 Conselheira Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,
285 arrazoou que houve uma expansão nos direitos sociais com a democratização, porém, existe uma
286 enorme desconfiança dos representantes da Sociedade Civil em relação às instituições democráticas.
287 Compreendeu que existe a necessidade de realizar uma discussão sobre essa situação. O
288 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira entendeu que existe um espaço de disputa e de
289 resistência da Sociedade Civil, para que sejam inseridas as divergências em questões de democracia
290 e participação social e a Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa intuiu que é necessário
291 qualificar o argumento e dialogar e que, o papel do Conselheiro tem ser ousado e de coragem de
292 enfrentar, às vezes, os próprios pares. O Conselheiro Fernando Macedo Brandão, Representante da
293 Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, destacou que administrar sozinho a
294 Política de Assistência Social é impossível e discorreu que possui uma preocupação com relação à
295 relevância do CNAS. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera refletiu que o Conselheiro deve
296 sempre atentar a representação e a representatividade e articulou que não possui certeza da
297 continuidade desse Conselho, posto que não possui clareza do processo de participação após o
298 golpe político ocorrido. O Sr. Daniel Pitangueira de Avelino explanou que não podem perder de
299 vista o significado do espaço e o potencial desse Conselho e que, a questão é saber como agir como
300 Conselheiro nos momentos de disputa. Relatou que é necessário os Conselheiros e o CNAS terem
301 um canal de diálogo com a base e com a sociedade e apoiar outras áreas, políticas e órgãos públicos.
302 Informou que o IPEA possui algumas iniciativas para formação de Conselheiros e algumas

303 pesquisas que podem auxiliar a elaborar um melhor diagnóstico da situação. Prosseguindo para o
304 relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no
305 dia 10 de julho de 2018, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins elencou os Conselheiros,
306 participantes/convidados e membros da Secretária Executiva presentes e discorreu que foram
307 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos Integrantes da Comissão e escolha
308 do Coordenador(a) e do Coordenador(a) Adjunto(a). Encaminhamento: A Comissão indicou para
309 Coordenadora da Comissão a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins e para Coordenador
310 Ajunto o Conselheiro Allan Camello Silva. Item II) Apresentação do Funcionamento e Fluxo dos
311 Trabalhos das Comissões Temáticas. Item III) Apresentação e avaliação da Proposta Orçamentária
312 para 2019. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária aprovar a Proposta Orçamentária para
313 2019. IV) Apreciação do Relatório Trimestral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo
314 Nacional de Assistência Social – FNAS – 2º Trimestre. Encaminhamento: A Comissão sugere a
315 Plenária aprovar o Relatório Trimestral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional
316 de Assistência Social – FNAS – 2º Trimestre. V) Apresentação e revisão do Plano de Ação da
317 Comissão (ações a serem executadas e por executar). Os membros da Comissão iniciaram a revisão
318 do Plano de Ação, realizaram ajustes e encaminhamentos na Meta I e optaram por dar continuidade
319 à revisão na reunião de agosto. Encaminhamento: Solicitar ao Fundo Nacional de Assistência Social
320 – FNAS a atualização do Manual Orientador junto aos Conselhos. VI) Definição da Pauta da
321 Reunião do mês de Agosto/2018: Revisão do Plano de Ação; Monitoramento de execução das
322 metas semestralmente, do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho –
323 ACESSUAS Trabalho, conforme Resolução CNAS nº 19/2017; Relatório do 2º Semestre de
324 Execução Orçamentária e Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência
325 Social; Reunião Conjunta de Financiamento e Orçamento da Assistência Social com a Comissão de
326 Normas da Assistência Social sobre a discussão e proposição de resolução sobre o cofinanciamento
327 para a gestão dos municípios, estados e DF para estruturação da Vigilância Socioassistencial
328 apurado pelo regime de caixa, no período de janeiro a junho de 2018. Sugeriu à realização de uma
329 reunião extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento caso o limite orçamentário 2019
330 encaminhado pelo Ministério do Planejamento a SNAS seja abaixo do valor que está sendo
331 proposto. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa solicitou esclarecimentos sobre os motivos
332 de não realizar um comparativo do orçamento de 2018 com a proposta orçamentária de 2019 e o
333 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira indagou se manteve o mesmo orçamento para as verbas

334 discricionárias. A Conselheira Ana Lúcia Soares explicou que, na Lei nº 13.587/2018, foi aprovado
335 cerca R\$ 57 bilhões, porém, com a dotação houve uma correção para cerca de R\$ 58 bilhões, visto
336 que para o exercício de 2019 foi proposto R\$ 61.137.288.081,00. O Conselheiro Allan Camello
337 Silva esclareceu que a Lei Eleitoral impede que qualquer servido público emita comparação e
338 opinião, entretanto, discorreu que a Comissão de Financiamento e Orçamento realizou a análise da
339 proposta de exercício de 2018. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto entendeu
340 que a Lei Eleitoral tem o objetivo de impedir que um candidato tenha alguma vantagem sob os
341 demais participantes do pleito e sugeriu que qualquer negativa de informação utilizando esse
342 argumento fosse contestado pelas Comissões e pela Presidência. A Presidente Norma Suely de
343 Souza Carvalho propôs a realização de uma consulta jurídica formal, para que possam saber quais
344 são os impedimentos do CNAS. O Conselheiro Josenildo André Barbosa ponderou que houve uma
345 redução na proposta orçamentária, uma vez que a proposta de 2018 relacionada às despesas
346 discricionária era de R\$ 3.133 bilhões e de 2019 é de R\$ 2.037 bilhões. Explicou que a SNAS
347 diminuiu os recursos destinados ao PAIF em cerca de R\$ 400 milhões. A Conselheira Raquel de
348 Fátima Antunes Martins explanou que o servidor não possui a garantia de que o repasse de algumas
349 informações fere ou não a Lei Eleitoral, todavia, arrazoou que a Comissão realizou a comparação
350 orçamentária dos exercícios de 2018 e 2019. O Conselheiro Allan Camello Silva articulou que a
351 retirada do aumento dos recursos do PAIF já estava colocada de forma indireta e o Conselheiro
352 Benedito Augusto de Oliveira questionou sobre a possibilidade de inserir uma ressalva sobre a
353 recomposição dentro da redação da minuta de resolução. A Presidente Norma Suely de Souza
354 Carvalho ponderou que a Comissão de Financiamento e Orçamento optou por esse formato para
355 simplificar o relato, entendendo que o próximo relato pode trazer mais elementos para auxiliar o
356 entendimento dos Conselheiros. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins sugeriu inserir,
357 na memória da Comissão, uma observação sobre o questionamento dos Conselheiros sobre a
358 proposta de recurso da Proteção Social Básica, explicando sobre a possibilidade de reajuste dos
359 recursos. Realizada a leitura da minuta de resolução, que dispõe sobre a aprovação da Proposta
360 Orçamentária da Assistência Social do Exercício de 2019 e apresentada a Proposta Orçamentária
361 2019 em formato de quadro, o Conselheiro Allan Camello Silva sugeriu incluir “de acordo com as
362 normativas do SUAS” na alínea A do art. 1º da minuta de resolução. A Presidência Norma Suely de
363 Souza Carvalho colocou a minuta de resolução para apreciação dos Conselheiros, que foi aprovada
364 por unanimidade com a alteração realizada. Com relação à apreciação do Relatório Trimestral de

365 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – 2º
366 Trimestre, o Conselheiro Maurício José Silva Cunha informou que foi questionado a Diretora
367 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social sobre o pouco repasse para a Proteção Social
368 Especial, sendo que a mesma esclareceu que é priorizados os entes com menor saldo em conta
369 devido às irregularidades do repasse dos recursos pelo Tesouro Nacional. Salientou que os repasses
370 precisam ser regularizados, para que o gestor tenha previsibilidade mínima de recebimento do
371 recurso para executar a política. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins sugeriu elaborar
372 uma comissão para fazer uma abordagem ao Ministério da Fazenda e do Planejamento e articular
373 com outros conselhos, para que possam ter um compromisso de que os repasses sejam regulares. O
374 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que precisam tomar uma posição política
375 sob o orçamento e ponderou que seria interessante criar essa comissão. Não havendo mais
376 comentários, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins realizou a leitura da minuta de
377 resolução, que dispõe sobre a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do
378 Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – 2º Trimestre de 2018 e apresentou o quadro da
379 mesma. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho colocou a minuta de resolução para
380 apreciação dos Conselheiros, que foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Maurício José Silva
381 Cunha questionou sobre o encaminhamento de solicitar o FNAS o relatório sobre a regularização
382 dos repasses aos municípios e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins informou que o
383 Ministério do Planejamento tomou a decisão de não repassar recursos sem disponibilidade de
384 recurso, compreendendo que essa Plenária precisa pensar, juntamente com os espaços de gestão,
385 qual a melhor forma de manter os serviços, independente das escolhas orçamentárias. Intuiu que
386 poderiam formar um grupo de trabalho para discutir as possibilidades de atuação em relação à
387 questão do orçamento e do repasse dos recursos. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira
388 entendeu que essa discussão poderia ser prioridade da Comissão de Financiamento e Orçamento e a
389 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins ponderou que não seria suficiente realizar essa
390 discussão somente na Comissão, uma vez que é necessário ter um encaminhamento mais coletivo
391 do CNAS. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa se disponibilizou a fazer parte do grupo
392 de trabalho e a Conselheira Ivone Maggioni Fiore intuiu que precisam discutir esse assunto
393 profundamente e tomar alguma providência. Seguindo para a apresentação da Comissão de
394 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, a Conselheira Raquel de Fátima
395 Antunes Martins relatou que essa Comissão é de natureza paritária e temporária e possui seis

396 membros, sendo três conselheiros representantes do Governo e três conselheiros representantes da
397 Sociedade Civil. Complementou que possui como competências: atuar no monitoramento e
398 fiscalização, para garantir o direito do cidadão ao acesso ao Programa Bolsa Família, ao Benefício
399 de Prestação Continuada – BPC e aos Benefícios Eventuais; contribuir na revisão do protocolo de
400 gestão integrada de benefícios, serviços e transferência de renda no âmbito do SUAS. Apresentou a
401 composição da Comissão na Gestão 2016/2018 e da Secretaria Executiva e expôs os principais
402 temas abordados e trabalhados na Gestão 2016/2018. Destacou que os principais desafios são:
403 monitorar a tramitação do substitutivo da PEC 287/2016; a definição pelo CNAS de estratégias e
404 discussão ampliada sobre o BPC e os critérios de acesso; continuidade do acompanhamento e
405 monitoramento da evolução e inserção dos beneficiários do BPC no Cadastro Único; definição pelo
406 CNAS de ações estratégicas de forma a priorizar a defesa dos benefícios socioassistenciais e do
407 Programa Bolsa Família na agenda do Legislativo. Iniciando a apresentação da Comissão de Ética,
408 o Conselheiro Allan Camello Silva discorre que essa Comissão também é de natureza paritária e
409 temporária e possui seis membros, sendo um coordenador e cinco membros. Apresentou a
410 composição da Comissão na Gestão 2016/2018 e complementou que o funcionamento dessa
411 Comissão está de acordo com o art. 12 do Código de Ética, que cita: *“Haverá reunião ordinária da*
412 *Comissão de Ética, quando forem convocadas pelo Presidente do CNAS, motivada por demanda*
413 *apresentada à Presidência do Conselho.”*. Articulou que está substituindo o Conselheiro Alberto
414 Albino dos Santos na Coordenação dessa Comissão, salientando que o coordenador possui a
415 competência de convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, presidir os trabalhos, exercer o
416 direito do voto de qualidade, exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento
417 Interino ou por delegação da Comissão ou do Plenário do CNAS. Explanou que possui como
418 competências: orientar a conduta dos Conselheiros Titulares e Suplentes; publicizar as regras éticas
419 de conduta aos Conselheiros, para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura de suas
420 atividades; preservar a imagem e a reputação do CNAS; estabelecer as regras básicas sobre
421 conflitos de interesse públicos e privados e limitações às atividades profissionais no exercício da
422 função de Conselheiro; criar procedimento de averiguação de infração ética. Elencou os princípios
423 do Código de Ética e expôs que possuem as seguintes atribuições: receber denúncias e propostas
424 para averiguação de infração ética que lhe forem encaminhadas, deliberando sobre a conveniência
425 de instauração de procedimento específico e eventuais penalidades, sendo vedado denúncias
426 anônimas; instaurar, de ofício (por iniciativa própria), procedimento competente sobre ato ou

427 matéria que considere passível de configurar, em tese, infração a princípio ou norma ética; instruir o
428 procedimento que deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias prorrogável por igual
429 período; elaborar relatório circunstanciado e parecer conclusivo, propondo, se devida, a aplicação
430 de penalidade. Informou que a Comissão de Ética, na gestão 2018/2020, possui como membros:
431 Conselheira Leísa Mendes de Sousa; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Allan
432 Camello Silva, Conselheira Rozangela Borota Teixeira, Conselheira Ana Lúcia Soares e
433 Conselheira Jani Betânia Souza Capibaribe. Prosseguindo para a apresentação da Comissão de
434 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, a Presidente
435 Norma Suely de Souza Carvalho articulou que essa Comissão é de natureza paritária e temporária e
436 possui seis membros, sendo três Conselheiros representantes governamentais e três Conselheiros da
437 Sociedade Civil. Ilustrou que a Comissão se reunirá por convocação do Presidente, motivado por
438 demanda apresentada à Presidência, conforme art.42 da Resolução CNAS nº6, de 20 de março de
439 2014. Complementou que possui como competências: propor metodologia para o acompanhamento
440 e monitoramento continuado das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social;
441 desenvolver a avaliação e o monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais de
442 Assistência Social, a partir da IX Conferência Nacional de Assistência Social; recomendar os
443 Conselhos de Assistência Social orientações e instrumental de monitoramento e avaliação das
444 deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social; propor temas para as Conferências
445 Nacionais de Assistência Social; monitorar e avaliar as metas do Plano Decenal à luz das
446 deliberações; desempenhar outras atividades que lhe sejam designadas pela Plenária do CNAS.
447 Apresentou as competências do Coordenador da Comissão e os membros da Gestão 2016/2018 e
448 discorreu sobre os principais temas abordados e trabalhados na Gestão 2016/2018. Destacou que, no
449 âmbito da Secretaria Executiva do CNAS, a Comissão conta com a assessoria técnica e operacional
450 da Coordenação de Normas da Assistência Social; da Coordenação de Política da Assistência
451 Social, da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e da
452 Coordenação de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, finalizando a sua apresentação.
453 **ENCERRAMENTO 11/07/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu a
454 participação de todos e encerrou o primeiro dia da 266ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA**
455 **12/07/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho iniciou o segundo dia da 266ª Reunião
456 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária Executiva do CNAS
457 realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, a Conselheira Margareth Alves

458 Dallaruvera solicitou que fosse realizada uma inversão de pauta, sugerindo que o primeiro relato
459 seja da Reunião da Comissão de Política da Assistência Social. A Presidente Norma Suely de Souza
460 Carvalho sugeriu que o relato seja realizado antes do relato da Presidência Ampliada. Seguindo para
461 a apresentação das Ações Emergenciais de Atendimento aos Imigrantes Venezuelanos e Plano de
462 Interiorização, a Sra. Nilzarete Margarida de Lima, Coordenação Geral de Serviços de Acolhimento
463 do Departamento de Proteção Social Especial, apresentou algumas fotos da chegada de alguns
464 imigrantes pela fronteira do Brasil com a Venezuela e destacou que os migrantes são sujeitos de
465 direitos, com direitos e proteções asseguradas tanto no ordenamento jurídico brasileiro quanto no
466 Plano Internacional, sendo que os fenômenos complexos, como o da mobilidade humana, exigem
467 respostas transversais no âmbito das políticas públicas para atingir um resultado efetivo. Expôs o
468 histórico de atuação da SNAS no contexto dos fluxos migratórios ao Brasil, salientando que o art.4º
469 da Lei 13.445/2017 trouxe ao migrante a garantia no território nacional, em condição de igualdade
470 com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à
471 propriedade, garantindo acesso a todos as políticas públicas e benefícios. Explicou sobre a
472 contextualização da expansão dos serviços a partir de 2012 e ponderou que, diante a migração
473 haitiana, foi elaborada uma Câmara Técnica da CIT com representante das instâncias competentes,
474 que resultou na publicação do documento “O papel da Assistência Social no Atendimento aos
475 Migrantes”. Discorreu que as maiores dificuldades enfrentadas pelos entes federados que estão
476 vivenciando a situação de migrações estão relacionadas a vulnerabilidades e riscos sociais (pobreza,
477 situação de rua, violência), visto que, no cenário atual, destaca-se a situação dos venezuelanos,
478 dentre eles os indígenas Warao, que estão em situação de mendicância e subemprego ou emprego
479 informal. Acrescentou que outra questão que agrava a situação são os casos relatados de
480 preconceito, xenofobia, exploração sexual, exploração de mão-de-obra. Informou que o Serviço de
481 Proteção em Situação de Calamidade Pública Emergência vinha dando respaldo aos
482 cofinanciamentos e explanou que a emergência em Assistência Social decorre em situações de
483 cunho social imprevistas e reconhecidas como eventualmente violadora de direitos
484 socioassistenciais e exige uma resposta ágil. Ilustrou que é caracterizada pela desassistência à
485 população por incapacidade ou insuficiência de atendimento a demanda e a capacidade instalada da
486 rede socioassistencial do SUAS no âmbito dos estados e municípios e pelo desastre e emergência
487 decretados com base na legislação da integração Nacional. Discorreu que as provisões contemplam
488 o alojamento provisório, atenções e provisões materiais e fortalecimento de vínculos familiares ou

489 comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Apresentou sobre a atuação do MDS
490 e do Governo Federal, destacando o Comitê de Interiorização e a Operação Acolhida. Relatou que a
491 partir federalização das ações de assistência aos venezuelanos, os abrigos de Roraima passaram a
492 ser geridos diretamente pelo Governo Federal (Ministério da Defesa – Infraestrutura) e pelo MDS
493 com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR e outros
494 organismos internacionais. Arrazoou sobre a organização dos abrigos em Roraima, explicando que
495 a interiorização desloca imigrantes para outros estados brasileiros com apoio do Governo Federal
496 com o objetivo de oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos imigrantes
497 venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. Comentou que
498 já foram realizadas quatro etapas do processo de interiorização, uma vez que já foram interiorizados
499 95 imigrantes em Cuiabá, 164 em Manaus, 167 em São Paulo, 44 em Conde/PB, 69 em Igarassu/PE
500 e 50 no Rio de Janeiro. Apresentou os principais desafios para oferta de serviços, programas e
501 projetos para o migrante na Rede Socioassistencial e algumas fotos do abrigo de Pintolândia, de
502 Tancredo Neves, Jardim Floresta, São Vicente e do processo de interiorização. Executou dois
503 vídeos elaborados pelo Exército Brasileiro, finalizando a sua apresentação. A Conselheira Mariana
504 de Sousa Machado Neris manifestou que possuem muito suporte da SNAS e do DGSUAS para
505 buscar construir as legalidades para o enfrentamento dessa situação diversa vivida em relação à
506 migração, como também, apoio do DBA e do DPSB. Resgatou que houve uma situação, em 2013,
507 de migração acelerada dos haitianos, sendo que foram trabalhadas normativas buscando estender as
508 coberturas da Assistência Social para o atendimento emergencial naquele contexto. Compreendeu
509 que precisam do apoio de toda Sociedade Civil, das agências internacionais e dos demais atores.
510 Abrindo para manifestações, o Conselheiro Maurício José Silva Cunha questionou se existe algum
511 material ou estratégia para a conscientização da população brasileira para construção da cultura de
512 paz e mediação de conflitos. O Conselheiro Fernando Macedo Brandão parabenizou pela
513 apresentação e pelo esforço do MDS e da SNAS, externando a sua preocupação com relação às
514 condições dos abrigos e às condições das crianças. Informou que a sua instituição está abrindo um
515 abrigo em São Paulo em parceria com alguns empresários e que, foi criado o Programa Família
516 Acolhedora, em que famílias brasileiras se cadastram para receberem famílias venezuelanas.
517 Indagou como o Consulado e a Embaixada Venezuela está apoiando as ações realizadas e afirmou
518 que a pauta sobre os venezuelanos está na pauta da sua instituição. O Conselheiro Aginaldo
519 Umberto Leal questionou se existe alguma interface com os outros países do mundo que estão

520 recebendo imigrantes e qual é o apoio do Governo Americano e a Conselheira Solange Bueno
521 indagou como está as pactuações em relação aos centros para os migrantes e se existe algum
522 mapeamento de municípios que possuem infraestrutura. A Conselheira Aldenora Gomes González
523 discorreu que, infelizmente, os estados da região amazônica não possuem estruturas para comportar
524 nem a sua população e questionou quais são os órgãos que compõe o Comitê Interministerial da
525 Casa Civil e qual o suporte que está sendo ofertado para os equipamentos e trabalhadores do SUAS
526 para o atendimento dessas demandas. Questionou também como é o processo de interiorização e
527 qual é a política que está sendo pensada pelo Governo Federal para moradia digna e permanência
528 desses imigrantes. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto indagou qual é o tipo
529 de apoio que a ACNUR está prestando a iniciativa do governo brasileiro e o Conselheiro Benedito
530 Augusto de Oliveira questionou qual a relação diplomática entre o governo brasileiro e o governo
531 venezuelano e se o MDS possui algum processo para filtrar o potencial desses imigrantes. A
532 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva indagou se o Governo Federal se preocupou em alocar mais
533 recursos para os municípios em relação a essa situação e o Conselheiro Maurício José Silva Cunha
534 questionou se a UNICEF está fazendo o acolhimento de crianças em Roraima. A Sra. Nilzarete
535 Margarida de Lima informou que estão fazendo a sensibilização em relação as diretos dos
536 imigrantes no abrigo local e explicou que os venezuelanos estão sendo direcionados a abrigos
537 específicos para imigrantes. Discorreu que estão estabelecendo pontos locais nos estados e
538 municípios, para que haja articulação com as demais políticas públicas e acrescentou que estão
539 trabalhando com alguns seminários coordenados pela Casa Civil da Presidência da República,
540 buscando a possibilidade de negociação com empresários para disponibilização de vagas de
541 trabalho para alguns municípios. Salientou que a busca de vagas de trabalho no interior é muito
542 importante e comentou sobre a experiência da Colômbia e da Jordânia. Registrou que a Casa Civil
543 está pensando em elaborar uma campanha e que, o Comitê Interministerial não está apoiando o
544 cofinanciamento aos municípios para implantação de centro de imigrantes. Notificou que o
545 Ministério do Trabalho realizou o mapeamento de municípios potenciais para empregabilidade e
546 ilustrou que a ACNUR está apoiando através de bolsas de subsistência e equipando os espaços.
547 Explanou que o Ministério da Educação está buscando as alternativas de reconhecimento das
548 competências profissionais e que, a UNICEF está realizando trabalho em alguns abrigos. Arrazoou
549 que existe uma quebra das relações diplomáticas pela falta de aceitação da situação de crise pela
550 Venezuela. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu pelos esclarecimentos e

551 ponderou que qualquer outra demanda por parte dos Conselheiros podem ser pautadas nas próximas
552 reuniões. Iniciando a apresentação do Funcionamento da Secretaria Nacional de Assistência Social
553 – SNAS/MDS, a Conselheira Karoline Aires Ferreira elucidou que a apresentação será
554 compartilhada com seis diretorias, passando a palavra ao Diretor do Departamento de Gestão do
555 SUAS -DGSUAS. O Conselheiro Allan Camello Silva apresentou a estrutura organizacional do
556 MDS e da SNAS, destacando que o DGSUAS é dividido em Regulação do SUAS, Gestão do
557 Trabalho e Educação Permanente, Gestão Descentralizada e Participação Social, Redes e Sistemas
558 de Informação e, Planejamento e Vigilância Socioassistencial, elencando os seus coordenadores.
559 Comentou que o DGSUAS possui um papel importante na implementação, acompanhamento,
560 monitoramento e avaliação do SUAS e expôs as suas principais atribuições. Apresentou as
561 competências do DGSUAS, da Coordenação-Geral de Regulação do SUAS, da Coordenação-Geral
562 de Gestão do Trabalho e Educação Permanente, da Coordenação-Geral de Gestão Descentralizada e
563 Participação Social, da Coordenação-Geral de Redes e Sistemas de Informação, da Coordenação-
564 Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Com relação ao Departamento de Proteção
565 Social Especial - DPSE, a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris apresentou a sua estrutura,
566 explanando que a mesma é composta pela Coordenação-Geral de Serviços Especializados a
567 Famílias e Indivíduos; Coordenação-Geral de Serviços de Acolhimento e a Coordenação-Geral de
568 Medidas Socioeducativas e Programas Setoriais. Relatou que possuem algumas competências
569 regimentais, que estão definidas na Portaria nº 115/2017 e impõe ao DPSE as funções de
570 planejamento, regulação, orientação e execução dos serviços, dos programas e dos projetos
571 destinados às famílias e a indivíduos em situação de risco pessoal e social por ocorrência de
572 abandono, violação de direitos e outras situações de violência. Informou que o DPSE conta com 29
573 colaboradores e complementou que possuem acompanhamentos e representações pelo MDS que
574 envolve sete Conselhos Nacionais, 12 grupos de trabalho, 11 Comissões Temáticas, 10 Comitês, um
575 Fórum e uma iniciativa. Elencou as principais ações realizadas em 2018 e articulou que os
576 principais desafios até dezembro de 2018 são: Construção de orientações técnicas e metodológicas
577 para o PAEFI; Continuidade da Câmara Técnica sobre os Serviços de Acolhimento e ampliação
578 para a Gestão da Proteção Social Especial como um todo, de forma a contemplar os debates sobre
579 os desafios de cobertura da PSE em municípios/territórios não cobertos por CREAS. Apresentou as
580 publicações realizadas, finalizando a sua apresentação. A Conselheira Maria Amélia Sasaki
581 apresentou o histórico de criação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS –

582 DRSP e discorreu que o mesmo é composto pela Coordenação-Geral de Certificação de Entidades
583 Beneficentes de Assistência Social e pela Coordenação-Geral de Acompanhamento da Rede
584 Socioassistencial. Postulou que o DRSP possui como competências: certificar entidade de
585 assistência social (CEBAS); gerir o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social
586 (CNEAS); propor critérios para a inscrição de OSCs nos Conselhos de Assistência Social; propor
587 parâmetros e procedimentos para a vinculação de OSCs ao SUAS (Vínculo SUAS); avaliar a
588 compatibilidade de bens importados por OSCs de assistência social (Decreto nº 6.759/2009). Expôs
589 a distribuição das OSCs no Brasil, destacando que existe uma concentração nas regiões sul e
590 sudeste e os dados gerais da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social – CEBAS,
591 ponderando a existência de 1.544 processos de concessão e renovação e 84 processos de supervisão
592 ordinária/extraordinária e representações. Relatou que os temas importantes em análise são o
593 assessoramento e defesa e garantia de direitos e o acolhimento para idosos e informou que já foram
594 assinados os documentos que formalizam a adesão do DRSP à Plataforma de Cidadania Digital,
595 relativa à automação do CEBAS. Com relação ao Departamento de Proteção Social Básica – DPSB,
596 a Conselheira Renata Aparecida Ferreira resgatou o papel da Proteção Social Básica, destacando
597 que a mesma possuiu a competência de assumir o foco de atuação preventiva, protetiva e proativa
598 focando na matricialidade familiar e no território. Discorreu que possui como eixo estruturante a
599 articulação intersetorial e que, possui a necessidade de estratégias locais de articulação, de fluxos e
600 de valorização dos espaços de participação. Apresentou as suas competências e explanou que a
601 Proteção Social Básica trabalha através de ferramentas de gestão, como: Cadastro Único e
602 Prontuário do SUAS. Articulou sobre Benefício de Prestação Continuada, sobre os Benefícios
603 Eventuais e sobre os demais benefícios de transferência de renda e elencou os serviços executados e
604 os programas com vinculação direta. Apresentou a sua estrutura, explanando que a mesma é
605 composta pela Coordenação-Geral de Serviços Socioassistenciais, pela Coordenação-Geral de
606 Ações Complementares e pela Coordenação-Geral de Serviços de Convivência e Fortalecimento de
607 Vínculos. Postulou sobre as prioridades que devem tratadas durante o exercício de 2018, destacando
608 o compartilhamento do aprimoramento metodológico da Resolução nº 33 e do trabalho social com
609 as famílias através da publicação do III Caderno do PAIF e a revisão do Protocolo de Gestão
610 Integrada. O Sr. Francis Silva Magalhães, Diretor Substituto do Departamento de Benefícios
611 Assistenciais e Previdenciários – DBAP, iniciou a apresentação do Departamento de Benefícios
612 Assistenciais e Previdenciários – DBAP elencando as suas principais competências e discorreu que

613 possuem 4.597.143 beneficiários do BPC, sendo 2.558.227 pessoas com deficiência e 2.038.916
614 pessoas idosas. Relatou que, em 2017, foram pagos R\$ 50.292.415.808,00 e estão previstos R\$ 54,9
615 bilhões para ano de 2018 e que, o Departamento está dividido em Coordenação-Geral de Regulação
616 e Análise Normativa, Coordenação-Geral de Benefícios Assistenciais, Coordenação-Geral de
617 Gestão da Informação e Controle de Benefícios, Coordenação-Geral de Articulação e Ações
618 Intersetoriais e Coordenação-Geral de Benefícios Previdenciários, explicando as atribuições das
619 mesmas. A Sra. Ana Carolina Amorim, Assessora do Fundo Nacional de Assistência Social –
620 FNAS, informou que a Diretora Dulcelena Alvez Vaz Martins gostaria muito de estar presente
621 nesse momento, porém, não pode comparecer por motivo de acompanhar um familiar em razão de
622 problemas de saúde. Apresentou a estrutura do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS,
623 elucidando que a mesma é composta pela Assessoria, pela Divisão de Gestão de Documentos, pela
624 Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, pela Coordenação-Geral de
625 Gestão de Transferências Voluntárias, pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas e pela
626 Coordenação-Geral de Apoio a Projetos. Comentou que o Fundo foi regulamentado pelo Decreto nº
627 7.778 de 15 de agosto de 2012 e apresentou as suas competências e de cada coordenação-geral,
628 finalizando a sua apresentação. Seguindo para o relato da Reunião da Comissão de Política da
629 Assistência Social realizada no dia 10 de julho de 2018, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
630 elencou os Conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes.
631 Discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos integrantes da
632 Comissão e escolha do/a Coordenador(a) e Coordenador(a) Adjunto(a). Encaminhamento: Seguindo
633 o que dispõe o art. 38 do Regimento Interno do CNAS foi definida a Conselheira Margareth Alves
634 Dallaruvera como Coordenadora desta Comissão e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira
635 como Coordenador-Adjunto. Item II) Apresentação do Funcionamento e Fluxo dos Trabalhos das
636 Comissões Temáticas. Item III) Apresentação da Agenda de Educação Financeira para as Famílias
637 do Programa Bolsa Família – PBF. Encaminhamento: A Comissão propôs, para consideração e
638 apreciação da Presidência Ampliada, a realização de oficina sobre o tema. Item IV) Apresentação
639 dos Parâmetros Metodológicos para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a
640 6 anos. Encaminhamento: Encaminhamento: A Comissão propôs incluir no Plano de Ação da
641 Comissão a apresentação do DGSUAS/SNAS e DRSP/SNAS do “Balanço do Monitoramento da
642 Rede Privada do SUAS na Oferta dos Serviços Socioassistenciais” para o mês de setembro de 2018.
643 Item V) Informe da SNAS sobre a finalização do Documento Orientador em Relação às Mulheres

644 Encarceradas. Encaminhamento: A Comissão propôs, para consideração e apreciação da
645 Presidência Ampliada, a inclusão desse tema na próxima Reunião Trimestral do CNAS com os
646 CEAS e o CAS/DF. Item VI) Apresentação da minuta de Resolução Conjunta CNCD/LGBT e
647 CNAS, que estabelece parâmetros para o qualificação do atendimento socioassistencial da
648 população LGBT no SUAS. Encaminhamento: Envio pela Secretaria Executiva da minuta de
649 Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS, que estabelece parâmetros para o qualificação do
650 atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS, aos membros da Comissão de
651 Política, para que sejam realizadas as contribuições até o dia 1º de agosto para discussão na próxima
652 reunião. Item VII) Apresentação e Revisão do Plano de Ação da Comissão (ações executadas e por
653 executar). Em função da agenda extensa não houve prazo hábil para discussão do referido Plano de
654 Ação, que será objeto da pauta na próxima reunião da Comissão. Item VIII) Apresentação e
655 Revisão do Plano de Ação da Comissão e definição do cronograma de atividades até dezembro de
656 2018; Discussão sobre a minuta de Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS, que estabelece
657 parâmetros para o qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS.
658 Arrazou que o Decreto nº 7397, que institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira, não
659 menciona que o SUAS e nem o MDS como membros da Comissão Nacional de Educação
660 Financeira e que, o Decreto nº 5.209, que regulamenta a Lei nº 10.869, trata de algumas questões
661 sobre a educação financeira, mas, no âmbito da emancipação das famílias com os bancos. Realizou
662 a leitura da nota sobre o Programa de Educação Financeira aos beneficiários do Programa Bolsa
663 Família “Futuro na Mão” elaborada pelo FONSEAS e o CONGEMAS, afirmando que todos os
664 programas do SUAS devem passar pelo colegiado do CNAS, que é instância máxima do controle
665 social. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal observou que em nenhum momento o Decreto
666 5.209 foi gestado dentro do CNAS ou do MDS e postulou que gostaria conhecer o projeto de
667 pesquisa do Programa Futuro na Mão, ressaltando que as ferramentas sociais elaboradas estão sendo
668 muito criticadas, uma vez que as famílias do Programa Bolsa Família não possuem condições de
669 economizar. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva afirmou que esse programa não foi discutido
670 e pactuado na CIT e ponderou que as equipes dos CRAS devem priorizar as ações que possibilitem
671 o alcance dos objetivos previstos na Tipificação nº 109. A Conselheira Aldenora Gomes González
672 relatou que, em 2015, foi convidada para participar de uma reunião da SNAS sobre educação
673 financeira, entretanto, foi apresentada uma educação financeira na lógica da autonomia a partir da
674 geração de renda, em que era proporcionado o financiamento e a formação profissional das

675 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Compreendeu que esse programa apresentado
676 desqualifica todas as instâncias de pactuação e não ouviu as representações dos usuários do país. O
677 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira compreendeu que as ferramentas elaboradas deveriam
678 ser apresentadas no pleno do CNAS e que, o decreto não possui mais validade, uma vez que no
679 período da elaboração do mesmo havia uma explosão de consumo no país e nesse momento existe
680 uma crise financeira. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto explicou que
681 possuem o compromisso de passar as alterações e os desenvolvimentos do Programa Bolsa Família
682 - PBF pelo CNAS e pela CIT e afirmou que o decreto possuía o objetivo de proteger os
683 beneficiários desse programa, que ao entrar nos bancos eram assediados pelos funcionários para
684 comprar títulos de capitalização. O Conselheiro Márcio Fernandes Maurício sugeriu que a
685 SENARC pudesse apresentar o seu funcionamento e informou que o PBF possui como dimensões a
686 transferência de renda, o acesso aos serviços públicos e as ações complementares, sendo que se
687 pensou em trabalhar a educação financeira dentro das ações complementares, para que as famílias
688 beneficiárias tenham mais condições. Articulou que possui receio de reduzir toda a metodologia
689 criada pelas famílias e pelos trabalhadores, destacando que o princípio da mesma é a autonomia e
690 comentou que a SENARC está a disposição para realizar a oficina em data a ser definida com a
691 Secretaria Executiva do CNAS. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira explicou que o Programa
692 Futuro na Mão é uma estratégia de capacitação para os beneficiários do PBF e compreendeu que a
693 oficina seria importante ser realizada anterior ao debate do tema na Plenária, uma vez que teriam
694 um acúmulo sobre o tema e poderiam debater sobre a educação financeira no SUAS. A Conselheira
695 Solange Bueno ilustrou que não conseguiu entender a forma que se chegou nessa educação
696 financeira e o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira ponderou que gostaria de conhecer como surgiu
697 essa necessidade e sobre o seu processo de coleta de dados. A Conselheira Ana Heloísa Viana Silva
698 Moreno, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, arrazoou que precisam
699 entender quais são os pontos de consenso e dissenso em relação ao tema e o Conselheiro Márcio
700 Fernandes Maurício reforçou a manutenção da oficina, para que sejam realizados esclarecimentos
701 sobre a metodologia. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera afirmou que em nenhum
702 momento desmereceram o PBF, visto que estão debatendo a metodologia de implantação do
703 Programa Futuro na Mão e sugeriu que as ações externas desse programa sejam suspensas até que
704 haja uma deliberação da CIT e do CNAS conseqüentemente. A Presidente Norma Suely de Souza
705 Carvalho discorreu que a proposta do Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira é que a SENARC

706 realize uma apresentação da metodologia do Programa Futuro na Mão ao Pleno e posteriormente
707 fosse realizada a oficina no final de agosto, considerando que os demais Conselheiros, que não
708 compõem a Comissão de Política, não tiveram acesso à metodologia. Realizadas as demais
709 manifestações, foi consensuado o seguinte encaminhamento: Antes da definição de participação na
710 oficina, apresentar na Plenária do CNAS de agosto a metodologia dessa estratégia. A SENARC
711 assume o compromisso de revisar a nomenclatura e a inserção dessa iniciativa no PAIF e na
712 próxima Plenária, após o debate, serão feitos outros encaminhamentos. A Conselheira Sandra
713 Regina Ferreira Barbosa questionou se o CONANDA está participando das discussões acerca de
714 crianças e de adolescentes e a Sra. Maria Carolina Pereira Alves informou que o CONANDA esteve
715 envolvido em alguns momentos da construção dos Parâmetros Metodológicos para o Serviço de
716 Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva
717 questionou se foi finalizada a construção dos parâmetros e sugeriu a inclusão das atribuições do
718 orientador social nas atribuições prevista para o profissional visitador do Programa Criança Feliz e
719 ampliar a equipe de referência dos CRAS através dos profissionais de nível médio e superior
720 necessários a execução dos serviços de Proteção Social Básica Domiciliar. A Sra. Maria Carolina
721 Pereira Alves afirmou que os parâmetros ainda não foram finalizados e explicou que não podem
722 inserir as sugestões, uma vez que se trata da elaboração de orientação para um serviço já tipificado.
723 Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Política da Assistência
724 Social foi aprovado. Diante a falta de tempo hábil, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho
725 sugeriu que fosse realizado apenas o relato da Reunião da Presidência Ampliada e os demais relatos
726 da Reunião da Comissão de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social
727 sejam realizados na próxima Plenária, o que foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato
728 da Reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 10 e 11 de julho de 2018, elencou os
729 participantes e membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os
730 seguintes itens: Item I) Informes das reuniões das Comissões Temáticas. Item II) Ofício nº 187 da
731 Presidência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI solicitando a este Conselho que avalie a
732 pertinência de retomar as conclusões do GT sobre Povos Indígenas, realizado em 2006, pelo CNAS;
733 e que o Conselho os apóie no fomento à participação indígena nas instâncias de controle do SUAS,
734 especialmente em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Acre, Rondônia,
735 Roraima, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Maranhão. Encaminhamento: Enviar o assunto
736 para discussão da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, com a sugestão de convidar a

737 SNAS para apresentar os dados do GT Indígena constituído no âmbito daquela Secretaria Nacional
738 para futuros encaminhamentos. Item III) E-mail do Presidente do Fórum Estadual de Assistência
739 Social dos Usuários do SUAS do Paraná e conselheiro do CEAS/PR, Cleyton Reis, encaminhando
740 carta contendo questionamentos referentes às ações realizadas em defesa da promoção e garantia de
741 direitos relativos à população negra de Cianorte/PR. Encaminhamento: Informar ao solicitando que
742 o CNAS não tem normativas e nem orientação técnica que trate do assunto em questão, contudo, o
743 Plano Decenal prevê ações de intersectorialidade entre as diversas políticas para garantir direitos da
744 população negra ou de matriz africana. Propôs-se que o CNAS encaminhe demanda ao Conselho
745 Municipal de Assistência Social para verificar se há ações integradas com outras políticas em
746 andamento que contemplem esse esporte. Item IV) PCL que cria identidade visual para o SUAS.
747 Encaminhamento: Enviar para os conselheiros para conhecimento e acompanhamento. Item V)
748 Demandas dos Conselhos de Assistência Social. A) Ofício nº 076 do Conselho Estadual de
749 Assistência Social de Minas Gerais manifestando o seu apoio ao substitutivo do Projeto de Lei do
750 Senado nº 15/2016 – Complementar, de autoria do Senado Otto Alencar e solicitando apoio e
751 mobilização deste Conselho pela sua aprovação. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere
752 encaminhar para a Coordenação-Geral da Regulação do SUAS – DGSUAS/SNAS para
753 conhecimento e manifestação. B) Ofício nº 128 do Conselho Municipal de Assistência Social de
754 São Paulo/SP solicitando atenção deste Conselho quando a apreciação da matéria referente ao
755 repasse do IGD/PBF do exercício anterior. A fim de esclarecer como foi traçado uma linha
756 cronológica dos fatos que ocasionaram a suspensão do repasse deste IGD no mês de novembro de
757 2017. Encaminhamentos: Solicitar a SENARC e a SNAS informações sobre a situação relatada.
758 Item VI) Convites: A) Ofício ABRATO nº 32/2018. Encaminhamento: Solicitar informações da
759 organização do evento sobre a participação do Conselho, “o que espera da participação do NCAS
760 enquanto instância de controle social”. A orientação da Presidência Ampliada é de que o CNAS se
761 fará representar em eventos desde que a temática for sobre o controle social, e nesse caso
762 representando o segmento dos trabalhadores do SUAS. B) *E-mail* do Ministério das Relações
763 Exteriores enviado à representação do CNAS na Comissão Nacional de Pessoa em
764 Desenvolvimento – CNPD, sobre a III Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento
765 da América Latina e do Caribe – III CRPD, que ocorrerá em Lima, entre 07 e 09 de agosto de 2018.
766 Encaminhamento: Tem em vista que o CNAS não tem tempo hábil para abrir processo de
767 solicitação de passagem internacional, a Presidência Ampliada sugere que o/a Conselheiro/a

768 representante do CNAS na Comissão Nacional de Pessoa em Desenvolvimento – CNPD verifique
769 com a entidade/organização/órgão que representa se a mesma poderá arcar com as despesas da sua
770 viagem. C) I Reunião Ordinária de 2018 da Comissão Nacional da Pessoa em Desenvolvimento. O
771 encontro terá lugar na Sala de Reuniões nº 97 do Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 20 de
772 julho, das 14h30min às 18h00min. Encaminhamento: Aguardar indicação de representante na
773 Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD. D) I Encontro Nacional de Homens
774 da Rede Trans Brasil: visibilidade para homens trans – Existimos porque resistimos, a ser realizado
775 no período de 01 a 04 de agosto de 2018 em Aracaju/SE. Encaminhamento: Solicitar informações
776 do que a organização do evento espera da participação do CNAS enquanto controle social.
777 Aguardar envio das informações para outros encaminhamentos. A Conselheira informou que à arte
778 do evento foi enviada a todos os parceiros a título de informação e que em breve será socializada a
779 programação do evento. E) Convite recebido por meio do Of. Coord. Executiva FNTSUAS n °
780 012/2018 para os Conselheiros do CNAS, representantes de trabalhadores, participarem do VI
781 Seminário Nacional do FNTSUAS “Mostra SUAS Resiste” e da VI Plenária FNTSUAS, que
782 ocorrerá dos dias 14 a 16 de setembro de 2018, em Belém/PA. Encaminhamento: Visto que os
783 Conselheiros da bancada dos trabalhadores representarão o CNAS no evento em mesas temáticas e
784 grupos de trabalho sobre controle social, a Presidência Ampliada sugere e aprova a participação dos
785 mesmos, sem custo para o Conselho. Em relação aos convites em geral para participação do CNAS,
786 a Presidência Ampliada propõe que seja pautado na Comissão de Ética a normatização e
787 participação do CNAS em eventos. Item VII) Nota de Repúdio do CONANDA sobre a
788 Esterilização Compulsória e Destituição Indevida de Poder Familiar, aprovada na 273ª Assembleia
789 Ordinária do CONANDA realizada no dia 28 de julho de 2018. Encaminhamento: Manifesta apoio,
790 subscreve e divulga o documento nas redes sociais e site do CNAS e solicita os Conselheiros
791 nacionais ampla divulgação. Item VIII) Revisão do Calendário do CNAS 2º Semestre de 2018. A)
792 Reunião Trimestral. Encaminhamento: Proposta que a Reunião Trimestral de 10 de dezembro,
793 ocorra conjuntamente com a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS. B) Reunião
794 Descentralizada Nordeste. Encaminhamento: A Presidência Ampliada propõe que a reunião ocorra
795 nos dias 11 e 12 de dezembro e no dia 13 de dezembro a Reunião Ordinária do CNAS, na região
796 nordeste. C) Reuniões Regionais. Encaminhamento: Sugestão que duas regionais ocorram nos dias
797 20 e 21/11 e duas nos dias 27 e 28/11. Item IX) Oficina do CNAS no Encontro Nacional do
798 CONGEMAS, a ser realizado nos dias 31 de julho a 1º de agosto de 2018. A) Tema: Representação

799 x Representatividades nos Conselhos de Assistência Social. B) Metodologia: a ser elaborada
800 (solicitar dados sobre representação nos conselhos ao DGSUAS/SNAS sobre o tema). C)
801 Convidados/Participantes: Presidente Norma Suely de Souza Carvalho; Margareth Alves
802 Dallaruvera, Representante dos Trabalhadores do SUAS; Solange Bueno, Representante dos
803 Usuários; Carlos Nambu, Representante de Entidades. Item X) Pauta da 267ª Reunião Ordinária do
804 CNAS: Dia 06/08/2018: Reunião das Comissões: das 10h00min às 13h00 – Comissão de
805 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e Comissão de Monitoramento das
806 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social; das 14h00 às 18h00 – Reunião do
807 GT sobre o Projeto de Integração dos Sistemas de Registro de Informações das OSCs no SUAS.
808 Dia 07/08/2018: Reuniões das Comissões Temáticas: das 09h00min às 16h00min – Comissão de
809 Normas da Assistência Social, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social,
810 Comissão de Política da Assistência Social, Comissão de Financiamento e Orçamento da
811 Assistência Social; das 16h00min às 18h00min – Presidência Ampliada. Dia 08/08/2018: 267ª
812 Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00min às 09h30min – Aprovação das Atas da 265ª e da 266ª
813 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 267ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30min às
814 10h00min – Informes da Presidência Ampliada/Secretaria Executiva; CONGEMAS, FONSEAS,
815 MDS, CIT e Conselheiros; das 10h00min às 11h00min – Relato da Comissão de Acompanhamento
816 de Benefícios e Transferência de Renda; das 11h00min às 12h00min – Relato da Comissão de
817 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais; das 14h00min às 16h00min –
818 Campanha e ações realizadas e em andamento de articulação e mobilização para inserção dos
819 beneficiários do BPC no CadÚnico; das 16h00min às 18h00min – Apresentação da “Estratégia
820 Brasil Amigo da Pessoa Idosa”. Dia 09/08/2018: Continuação da 267ª Reunião Ordinária do CNAS:
821 das 09h00min às 10h00min – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00min às 12h00min – Relato
822 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00min às 16h00min –
823 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 16h00min às
824 17h00min – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 17h00min às 18h00min –
825 Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Item XI) Indicações do CNAS para compor
826 GTs, Comitês e Fórum. A Conselheira Solange Bueno relatou sobre a necessidade de indicação de
827 um representante da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para o GT instituído para
828 organizar e estudar a Plataforma Digital em relação às inscrições das entidades, uma vez que a
829 próxima reunião será realizada no dia 06 de agosto e os membros da Comissão de Normas já

830 indicaram as Conselheiras Vânia Maria Machado e a Ivone Maggioni Fiore. A Conselheira Marisa
831 Rodrigues da Silva informou que o Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto será o
832 indicado para compor o GT como representante do Governo e a Conselheira Solange Bueno
833 discorreu que foi indicada a Conselheira Aldenora Gomes González como representante da
834 Sociedade Civil. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal sugeriu a inclusão do estado do Tocantins
835 no Item II, posto que a nova gestão do CEAS/TO terá dois representantes indígenas. Com relação à
836 pauta da 267ª Reunião Ordinária do CNAS, a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu
837 que os relatos das Comissões não realizados nessa reunião sejam realizados conjuntamente com os
838 relatos das reuniões do dia 07 de agosto e que, fosse incluído o debate da Estratégia “Futuro na
839 Mão”, de 14h00 as 18h00min, no lugar das apresentações do primeiro dia de reunião. A Sra. Maria
840 das Mercês de Avelino Carvalho justificou o volume de assuntos nas Comissões Temáticas e na
841 Presidência Ampliada e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho complementou que é muito
842 importante que levem o tempo necessário para fazer os debates nas Comissões. A Conselheira
843 Solange Bueno propôs que o relato da Comissão de Normas seja adiantado, tendo em vista que
844 serão realizados dois relatos e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu que os relatos
845 das Comissões que possuem dois relatos sejam antecipadas. A Sra. Maria das Mercês de Avelino
846 Carvalho lembrou que o CNAS havia se comprometido em investir na questão das campanhas e
847 ações realizadas e em andamento de articulação e mobilização para inserção dos beneficiários do
848 BPC no CadÚnico, posto que o prazo está se esgotando. Sugeriu que o mesmo seja inserido das
849 17h00min às 180min do primeiro dia de reunião, estabelecendo o horário de 14h00min as
850 17h00min para apresentação da Estratégia de Educação Financeira. Os Conselheiros concordam
851 com a sugestão e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho realizou a leitura das seguintes
852 indicações do CNAS para composição dos GTs, Comitês e Fóruns: I) Comissão de
853 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: Conselheiros Representantes do
854 Governo - Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Marisa Rodrigues da Silva e Raquel de
855 Fátima Antunes Martins; Conselheiros Representante da Sociedade Civil: Solange Bueno, Ivone
856 Maggioni Fiore e Vânia Maria Machado. II) Comissão de Monitoramento das Deliberações das
857 Conferências Nacionais de Assistência Social: Conselheiros Representantes do Governo – Maíra
858 Leilane Oliveira Almeida, Josenildo André Barbosa e Renata Aparecida Ferreira; Conselheiros
859 Representantes da Sociedade Civil – Aldenora Gomes González, Norma Suely de Souza Carvalho e
860 Sandra Regina Ferreira Barbosa. III) Comissão de Ética: Conselheiros Representantes do Governo –

861 Leísa Mendes de Sousa, Josenildo André Barbosa e Allan Camello Silva; Conselheiros
862 Representante da Sociedade Civil: Rozangela Borota Teixeira, Ana Lúcia Soares e Jani Betânia
863 Souza Capibaribe. IV) Comissão Intergestores Tripartite – CIT: Conselheiros Representante da
864 Sociedade Civil: Aguinaldo Umberto Leal, como membro Titular e Benedito Augusto de Oliveira
865 como membro Suplente. V) Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional: Conselheira Norma
866 Suely de Souza Carvalho, como membro Titular e Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida,
867 como membro Suplente. VI) Comitê Consultivo do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de
868 Alimentos: Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, como membro Titular e Conselheira Tathiane
869 Aquino de Araújo, como membro Suplente. VII) Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para
870 Primeira Infância do SUAS: Conselheira Ana Lúcia Soares, como membro Titular e Conselheira
871 Rozangela Borota Teixeira, como membro Suplente. VIII) Comitê Nacional de Enfrentamento ao
872 Tráfico de Pessoas: Conselheira Aldenora Gomes González, como membro Titular e Conselheira
873 Sandra Regina Ferreira Barbosa, como membro Suplente. IX) Comissão Permanente de Direitos ao
874 Trabalho, Educação e Seguridade Social: Conselheira Karoline Aires Ferreira, como membro
875 Titular e Conselheira Maurício José Silva Cunha, como membro Suplente. X) Comissão Nacional
876 de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Conselheira Ivone Maggioni Fiore, com membro
877 Titular e Conselheira Renata Aparecida Ferreira, como membro Suplente. XI) Comissão Nacional
878 Intersetorial: Conselheiro Clóvis Alberto Pereira, como membro Titular e Conselheiro Marisa
879 Rodrigues da Silva, como membro Suplente. XII) Comissão Nacional da População em
880 Desenvolvimento: Conselheiro Allan Camello Silva, como membro Titular e Conselheiro Vandré
881 Luiz Meneses Brilhante, como membro Suplente. XIII) Comissão Intersetorial do SINASE:
882 Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, como membro Titular e Conselheira Mariana de
883 Sousa Machado Neris, como membro Suplente. IVX) Conselho Nacional de Segurança Alimentar:
884 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, como convidada titular e Conselheira Raquel de Fátima
885 Antunes Martins, como convidado Suplente. **ENCERRAMENTO 12/07/2018:** A Presidente
886 Norma Suely de Souza Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou a 266ª Reunião
887 Ordinária do CNAS.